AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.

SOBER XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural

O PAPEL DA CONAB NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

DEBORA DE MOURA; KELLIANE DA CONSOLAÇÃO FUSCALDI;

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

BRASÍLIA - DF - BRASIL

kellianefuscaldi@hotmail.com

APRESENTAÇÃO ORAL

Evolução e estrutura da agropecuária no Brasil

O papel da Conab na execução de políticas públicas

Grupo de Pesquisa: Evolução e estrutura da agropecuária no Brasil

Resumo
O presente artigo tem como objetivo apresentar quali e quantitativamente algumas políticas/programas agrícolas executadas pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no qüinqüênio 2003-2007. O principal foco do trabalho será as operações realizadas mediante o uso dos instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos PGPM, do Programa de Aquisição da Agricultura Familiar e das ações de armazenamento a partir dos relatórios gerenciais elaborados pela Companhia. Os números relativos ao comportamento do mercado agrícola, bem como o papel desempenhado por esses instrumentos revelam a necessidade de reforçar um melhor apoio aos agricultores principalmente em face de crises econômicas. Para isso, as operações tradicionais de Aquisições do Governo Federal (AGF) e Vendas em Balcão permanecem em voga. A conclusão deste estudo é que a política agrícola deve abordar a sua ênfase na promoção da estabilidade do mercado, de modo a evitar ou minimizar o uso dos referidos instrumentos e, conseqüentemente, as despesas públicas.
Palavras-chaves: Conab, políticas públicas, comercialização e armazenagem.

Abstract
This paper analyses the agricultural policy and programs implemented by the National Company of Food Supply – Conab, in the period 2003-2007.The main focus is on the operations performed using the instruments of minimum price, agricultural family acquisitions and the storage management based on Conab reports.The figures on agricultural market behavior and the role played by those instruments in countervailing price slump reveal the need to reinforce them to better support farmers mainly in face of economic crises. Along with the same objective the traditional program of governmental purchases (AGF) are effectives and shall continue in use. A concluding remark of this study is that agricultural policy should address its emphasis in promoting market stability so as to avoid or minimize the use of the aforementioned instruments and, consequently, public expenditures as well.
Key Words: Conab, Public policies, Marketing and storage

1 - INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira vem ao longo do tempo evoluindo e se destacando cada vez mais no cenário mundial. As várias cadeias produtivas do país em cada nova safra agregam melhorias aos números de crescimento da produção.

No segmento antes da porteira todos os anos tecnologias são descobertas principalmente no tocante ao desenvolvimento de variedades mais produtivas e resistentes. No elo dentro da porteira os agricultores vêm contando com novas formas de manejo de solo, plantas, pragas e doenças e mecanismos de comercialização e agregação de valor à produção. E depois da porteira o que se vê são as novidade em produtos, embalagens, aumento dos números de exportação e de consumo.

Esses avanços e conquistas, contudo, estão sempre atrelados a regulamentações para que haja uma perfeita harmonia entre todos os elos da cadeia. Essas regras acontecem nos ambientes macro e micro econômicos, e, tanto nos mercados interno quanto externo e são denominadas de políticas públicas.

De acordo com Santos (2003), política pública são leis e regulamentos feitos pelo poder legislativo e implementadas pelo pessoal da administração pública. As políticas públicas incluem não apenas as leis, mas também os regulamentos, planos de governo e um grande número de decisões do Executivo.

No cenário agrícola nacional as políticas públicas são coordenadas principalmente pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, mas, também contam com o apoio dos Ministérios do Desenvolvimento Social – MDS, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

Especificamente dentro do MAPA uma das instituições executoras das políticas públicas é a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. Por meio desta empresa o MAPA consegue fazer chegar ao agricultor às principais deliberações pertinentes às suas atividades.

Nesse sentido a Conab tem como missão: "Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução de políticas agrícola e de abastecimento."

Para cumprir sua missão a Companhia desenvolve atividades que abrangem todo sistema produtivo e de consumo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. E essa ação está dividida em quatro grandes segmentos de atividades: política agrícola e de abastecimento, gestão dos estoques públicos, programas sociais e de abastecimento e armazenagem.

Embora a Conab desempenhe esse importante papel para a sociedade e faça a correta prestação de contas aos órgãos competentes, algumas questões ainda persistem. Uma delas é a seguinte: Como está a evolução destas ações nos últimos tempos? As políticas executadas pela Companhia são ou estão eficazes e atendem a demanda da agricultura brasileira?

Partindo destes questionamentos este trabalho tem como objetivo central apresentar quali e quantitativamente algumas das políticas/programas executados pela Conab no qüinquênio 2003-2007. Especificamente pretende-se apresentar os números das aquisições de produtos via Aquisições do Governo Federal (AGF) do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA e dos serviços de armazenagem.

Para a condução do trabalho, a principal fonte de dados serão os relatórios gerenciais elaborados pela Conab. Teoricamente o trabalho fica distribuído da seguinte forma: inicialmente, será apresentada uma breve revisão sobre políticas públicas, em seguida, aborda-se a política levada a curso pelo Estado, a sua evolução no Brasil e as mudanças ao longo do tempo. Finda esta parte, será feito um breve histórico da Conab e os principais resultados obtidos, seguida das conclusões.

2 - REVISÃO DE LITERATURA

O Estado e Principais Mudanças ao Longo do Tempo

Evans (2004) divide o Estado em três tipos: o predatório, o desenvolvimentista e o intermediário. O Zaire é tomado como exemplo de **Estado predatório**, onde impera a ausência de burocracia, o que o tornaria predatório, além da repressão ao surgimento de grupos sociais que possam ter interesse na transformação. Ao falar sobre o **Estado desenvolvimentista**, Evans (2004) cita o Japão como arquétipo desse tipo de Estado. O *Ministry International Trade and Industry* (MITI), no surpreendente crescimento econômico

do pós-Guerra, seria o exemplo de burocracia econômica poderosa, talentosa e cheia de prestígio. Em contraposição, o Ministério da Agricultura japonês é visto como foco de ineficiência por ser menos burocrático e mais clientelista. Brasil e Índia são tidos como **Estados intermediários**, combinando a predação zairense com a autonomia e a parceria do Leste da Ásia. Analisar a organização interna e as relações Estado intermediário-sociedade exige um diagnóstico mais complexo.

A questão de como as pessoas ingressam no serviço público pode ser usado para explicar a razão de o Estado brasileiro não ser visto como desenvolvimentista. A falta de um recrutamento meritório para o serviço público torna o Brasil inapto em seus esforços desenvolvimentistas e incapaz de transformar a burocracia. Na tentativa de modernizar o aparato do Estado, criam-se 'bolsões de eficiência' dentro da burocracia. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) era tido como um bom exemplo disso. Esses bolsões de eficiência cercados por padrões clientelistas de relação trazem uma serie de desvantagens: 1) Dependência da proteção individual dos presidentes; 2) Sabotam a coerência organizacional do aparato do Estado; 3) Fusão de poder oligárquico com o aparato do Estado moderno, impedindo uma densa relação entre Estado e capital industrial (EVANS, 2004).

Mesmo assim, houve sucessos nesse modelo de Estado brasileiro. Evans (2004: 100) conclui sua análise sobre o Brasil com a seguinte afirmação:

> Se um aparato de Estado coerente e eficiente é um elemento necessário à reação e ao desafio da economia global, os brasileiros não têm muita razão para serem inflamados. Ao mesmo tempo, a estrutura social profundamente dividida do Brasil torna extremamente difícil a busca de qualquer agenda coletiva. Entretanto, os dirigentes do Estado brasileiro podem ser gratos por não enfrentarem o nível de complexidade estrutural social e as controvérsias que as suas contrapartes na Índia enfrentaram desde a independência.

Frey (2000) introduz o conceito da '*policy analysis*' como uma ferramenta apropriada para a análise de políticas públicas no Brasil. Essa nova abordagem pretende analisar a inter-relação entre as instituições políticas (*polity*), o processo político (*politics*) e os conteúdos de políticas (*policy*) com o arcabouço dos questionamentos tradicionais da ciência política. Por ser um sistema político com uma estrutura institucional ainda não consolidada, a aplicação da *policy analysis* encontra dificuldades a mais no Brasil. Frey (2000) cita três problemas na análise das políticas municipais no Brasil: 1) Pouco conhecimento científico relativo à configuração dos arranjos institucionais e das características dos processos políticos municipais; 2) A ampla autonomia dos municípios tanto em questões financeiras e administrativas como políticas; 3) Modificações constantes no espectro de forças políticas atuantes na *arena* municipal; 4) Falta de consolidação de uma ideologia política tanto da população como dos políticos e dos partidos, o que faz os governos brasileiros serem mais uma conseqüência de "constelações pessoais peculiares" do que de uma orientação ideológico-programática da população ou dos partidos.

Segundo Frey (2000: 247), "[...] o exercício de poder pelas elites políticas e econômicas, parece, no caso brasileiro, determinar de forma bem mais decisiva os rumos do País do que quaisquer arranjos, independentemente do quão institucionalizados eles sejam".

O desafio do pesquisador de políticas públicas em democracias não consolidadas é enfocar os fatores condicionantes dessas políticas (*polity* e *politics*), dando ênfase na sua dimensão processual, e integrando e adaptando novos elementos da análise de estilos políticos e do neo-institucionalismo no quadro da *policy analysis* (FREY, 2000).

A política econômica neoliberal passou a ser implementada em 1979, na Inglaterra, e em 1980, nos EUA. Nos anos oitenta, a ideologia do neoliberalismo tornou-se hegemônica, tanto na Europa ocidental, como em outras regiões, segundo Pessanha (1998 *apud* CASTILHOS, 2002). Ao contrário do que diziam os neoliberais, o Estado mínimo, de fato, nunca chegou a se configurar. O Estado-Nação globalizado diminuiu a sua autonomia e aumentou muito a sua dependência do setor privado e dos organismos governamentais transnacionais. (CASTILHOS, 2002)

No Brasil, até o final da década de 1980, o governo federal praticava uma política agrícola altamente intervencionista, com o objetivo básico de garantir a segurança alimentar do País. Com a crise da dívida pública, o governo reduziu fortemente os gastos nessas políticas. Além da redução de gastos e do desmantelamento dos instrumentos tradicionais de política agrícola, houve uma mudança de prioridade, com ampliação dos gastos em políticas de reforma agrária e agricultura familiar (CHADDAD et al., 2006).

Na segunda metade da década de 1990, com a estabilização da economia, o setor privado passa a cumprir um papel mais ativo na oferta de crédito, comercialização e estocagem de produtos agrícolas. O Estado, por sua vez, retira-se de seu tradicional papel de tabelar preços, gerenciar a produção, regular e monopolizar as atividades comerciais. As reformas políticas implantadas forçaram uma melhor alocação de recursos, aumento de produtividade, melhoria da qualidade dos produtos e redução do preço dos alimentos. Entretanto, altas taxas de juros, infra-estrutura física inadequada e sistema tributário ineficiente impediram uma maior expansão do setor agrícola (HELFAND e REZENDE, 2001).

Essa crise impôs a necessidade de redefinir as funções do Estado, provê-lo de mais governabilidade e governança, tornando-o mais eficiente em atender às demandas do cidadão e mais capaz de "complementar o mercado na tarefa de coordenar a economia e promover uma distribuição de renda mais justa". Assim, seu novo papel é o de "garantir os direitos de cidadania e promover o desenvolvimento econômico com um mínimo de eqüidade" (PEREIRA, 1998: 33-34).

A atenção governamental à questão agrária é acrescida em decorrência do acirramento da violência e da ação dos movimentos sociais no campo. Entre 1994 e 2002 foi distribuída mais terra do que em todo o período de 1964/94, com um foco quantitativo na Política de Reforma Agrária, em detrimento dos aspectos qualitativos (HELFAND e REZENDE, 2001).

Em 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), parte do crédito foi redirecionado especialmente para a agricultura familiar. Nessa política, o discurso em favor da sustentabilidade se faz presente. Entretanto, a realidade tem mostrado que esse programa ainda permanece muito aquém do almejado, uma vez que predomina o simples incentivo à produtividade e a supersafras, sem contestação dos processos produtivos vigentes no País (ALTAFIN, 2003).

Segundo Veiga (2002), durante os anos noventa, amadureceram dois projetos para o Brasil rural: 1) Maximizar a competitividade do *agribusiness*, o que cria um imenso excedente de força de trabalho, que deveria ser absorvido por outros setores da economia e por outros grupos sociais; e 2) Maximizar as oportunidades de desenvolvimento humano em todas as mesorregiões rurais do território brasileiro, e no máximo possível de microrregiões rurais.

Um estudo de Chaddad et al. (2006) mostra que os gastos médios com políticas agrícola e agrária caíram pela metade em 2003-2005 (R$ 10,7 bilhões) em relação a 1985-1989 (R$ 20,9 bilhões); os gastos foram direcionados para a organização agrária e a agricultura familiar, que passaram de 6% dos gastos totais do setor, no governo Sarney, para 45%, no governo Lula. O Brasil é o único país do mundo a possuir um ministério dos "produtores patronais e agronegócio" e um ministério dos "agricultores familiares e da reforma agrária", os quais competem por recursos escassos e, frequentemente, expressam posições antagônicas. O governo gasta cada vez mais com administração, produtores endividados, assentamentos, etc., e corta recursos dos bens públicos (pesquisa, defesa sanitária e fitossanitária, etc.) fundamentais para o conjunto dos agricultores.

Essa dicotomia entre os dois ministérios da agricultura brasileiros, segundo Chaddad et al. (2006: 2), origina-se "... da falsa premissa que a 'agricultura familiar' é fundamentalmente diferente (e mais desejável) que a 'agricultura patronal' e que o 'agronegócio' é inimigo do pequeno produtor agropecuário e do desenvolvimento do País".

Chaddad et al. (2006: 3) propõem, com base nas transformações do sistema agroalimentar no Brasil e no mundo, e as suas implicações para o produtor, um novo papel para as políticas agrícola e agrária: "[...] a inserção competitiva e sustentável do produtor nas cadeias produtivas que compõem o sistema agroindustrial, no País e no exterior". Esta orientação, além de se afinar com as realidades do mercado, promoveria a unificação das políticas agrícolas e agrárias em um único Ministério, reduzindo o falso debate ideológico entre "agricultura patronal" versus "agricultura familiar", "agronegócio" versus "pequena agricultura".

Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Contexto Atual

As políticas públicas de desenvolvimento rural têm os seguintes objetivos:

- ✓ melhorar a qualidade de vida nas áreas rurais incluindo o contexto social;
- ✓ manter a população rural com oportunidades de emprego, infra-estrutura e serviços;

- ✓ ajudar a agricultura encontrar seu papel em relação a um território específico;
- ✓ fortalecer as ligações entre áreas urbanas e rurais;
- ✓ apoio ao desenvolvimento da propriedade (novos padrões de gestão da propriedade, diversificação, crédito para aquisição de máquinas e terra, capacitação dos produtores e apoio a iniciativas associativas);
- ✓ sanidade animal e segurança alimentar;
- ✓ compensações para práticas consideradas ambientalmente corretas em termos de solo, água, ar, manutenção da fauna e da flora; e,
- ✓ apoio para o desenvolvimento não-agrícola na área rural (investimento na infra-estrutura pública e serviços, assistência para empresas não-rurais e para o desenvolvimento de atividades não-rurais).

Sob a ótica da agricultura familiar, Gehlen (2004) afirma que políticas públicas com interesse social devem beneficiar de forma diversificada os que possuem necessidades diferenciadas e, aos poucos, essa vantagem em benefício de grupos sociais identificados deve perder vigência, para converter-se numa política pública igualitária. As recentes políticas voltadas para a agricultura propiciam a emergência da figura do agricultor familiar profissionalizado, o que inclui o discurso sobre competitividade como referência ideológica e mecanismo econômico. Essas transformações não são suficientes para resolver os problemas dos "esquecidos" históricos (caboclos, indígenas e quilombolas) e de cerca de 12% da população rural brasileira. A competitividade e a profissionalização não superam as desigualdades sociais no meio rural (GEHLEN, 2004).

O mesmo autor afirma que políticas como a do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tendem a fortalecer os que apresentam racionalidade "moderna" e centrada na ética do trabalho e da competitividade. Diz, ainda, que "a reforma agrária, por essência, é política pública com forte impacto social, sem diminuir os argumentos econômicos de aumentar a produção e de inclusão de parcela da população no circuito do mercado de produtores e de consumidores" (GEHLEN, 2004: 101).

No Brasil, "a noção de desenvolvimento local se fortalece através de políticas públicas, de organizações locais formais e informais". O autor aponta o desenvolvimento local como um caminho para o desenvolvimento rural sustentável, fundamentando-se nas potencialidades dos recursos humanos, institucionais e naturais que compõem o chamado **capital social** (GEHLEN, 2004: 102).

Para Veiga (2002), o maior desafio do País é:

> "[...] iniciar a construção dessa prosperidade multiplicadora de novos empreendimentos e que simultaneamente conserve a estabilidade e ponha fim às práticas de exploração predatória dos imensos recursos naturais. A busca desse desenvolvimento sustentável também exigirá um amplo rearranjo institucional, processo difícil e lento, devido à inércia imposta por fortes interesses cristalizados. Por isso, a possibilidade de acelerar mudanças dependerá, antes de tudo, da capacidade que terão os próximos governos em transformar suas agendas de modernização em fatos concretos que afetem a qualidade de vida no dia a dia das

> pessoas. No futuro próximo, quaisquer que sejam essas agendas de modernização, elas não poderão deixar de estar centradas no combate a dois males que não caminham juntos: a pobreza e a desigualdade".

Veiga (2002) propõe ações no sentido de favorecer as sinergias entre a agricultura e os setores terciário e secundário das economias locais, o que significa promover todas as formas de 'empreendedorismo' que possam explorar as vantagens comparativas e competitivas desses territórios, formando consórcios locais com os demais municípios da microrregião. Ele propõe o surgimento de um contrato territorial de desenvolvimento (CDT), a ser firmado com consórcios intermunicipais cujos planos microrregionais de desenvolvimento rural sejam selecionados por instâncias competentes.

Segundo Chaddad *et al*. (2006), para promover a inserção competitiva e sustentável do produtor nas cadeias produtivas que compõem o sistema agroindustrial, o que seria o novo papel para as políticas agrícolas e agrárias, seriam necessárias políticas públicas que contemplem os seguintes pontos: 1) Aumentar a oferta de bens públicos; 2) Mecanismos de gestão de risco; 3) Definição clara e proteção jurídica dos contratos e direitos de propriedade; 4) Avaliação sistemática de todos os programas de subsídios diretos; 5) Posição mais agressiva em negociações comerciais; 6) Introdução de programas de capacitação técnica e gerencial; e 7) Desenvolvimento de um sistema nacional de certificação de qualidade e rastreabilidade.

As principais tendências das políticas públicas de desenvolvimento rural são:

- ✓ mudança de enfoque baseado em subsídios de setores declinantes para investimentos estratégicos para desenvolver novas atividades;
- ✓ foco nas especificidades locais como meio para gerar novas vantagens competitivas (turismo, produtos locais certificados);
- ✓ deslocamento de uma abordagem de política setorial para uma abordagem territorial;
- ✓ maior uso de parcerias entre setores públicos, privados e ONGs.

E os desafios da governança nas políticas de desenvolvimento rural são:

- ✓ abordagem setorial ao invés de uma abordagem territorial;
- ✓ ausência de mecanismos de implementação dos planos de desenvolvimento rural;
- ✓ dificuldade dos parceiros assumirem integralmente as suas responsabilidades;
- ✓ debilidades do governo local;
- ✓ planejamento local ineficaz.

Não cabe aqui analisar a evolução de todas as políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, mas apenas apresentar as políticas de desenvolvimento rural mais importantes desenvolvidas pelo Governo atual no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e executadas pela Conab.

3 - RESULTADOS

Breve Histórico da Conab

A Conab é uma empresa pública vinculada ao MAPA criada pela Lei 8.029 de 12/04/1990. A Companhia tem por finalidade executar a Política Agrícola no segmento do abastecimento alimentar e fornecer subsídios ao MAPA na formulação, acompanhamento das referidas políticas e fixação dos volumes mínimos dos estoques reguladores e estratégicos.

Sua estrutura é composta de unidades administrativas e operacionais. As primeiras são representadas pela Matriz em Brasília e pela sede de suas Superintendências Regionais nos Estados, cujas jurisdições cobrem todo Território Nacional.

As unidades operacionais são constituídas por armazéns, em sua maioria próprios, destinados a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral, ou comercializar produtos agrícolas. A estrutura também oferece suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou participa. Especificamente a Conab tem por objetivos:

- Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos;
- Implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- Executar as políticas públicas referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- Encarregar-se da execução das políticas pertinentes às áreas de abastecimento e regulação da oferta de preços agropecuários no mercado interno;
- Desenvolver ações no âmbito do comercio exterior, segundo as diretrizes baixadas pelo MAPA, observado o Decreto nº 3.981, de 24/10/2001;
- Participar da formulação da política agrícola;
- Exercer outras atividades compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para executar seus objetivos a Conab poderá:

- Comprar, vender, permutar, promover a estocagem e o transporte de produtos de origem agropecuária, atuando, se necessário, como companhia de armazéns gerais;
- Executar operações de comércio exterior, nos mercados físicos e futuro, de produtos agropecuários;
- Participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências;
- Firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público e privado;
- Efetuar operações financeiras com estabelecimento de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor;
- Aceitar, emitir e endossar títulos;

- Receber garantias de caução, fiança, aval penhor e hipoteca;
- Aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia;
- Promover a análise e o acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção;
- Promover a formação, aperfeiçoamento e especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia;
- Restar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao MAPA e a outros órgãos e entidades públicas, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

Mediante essas competências a Conab exerce papel importante no repasse de informações-chave que permitem ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agricultura brasileira.

Ações desenvolvidas entre o qüinqüênio 2003 a 2007

Esta parte do trabalho apresentará as ações desenvolvidas pela Conab nos últimos cinco anos. As informações descritas abaixo se concentram no foco da empresa que são voltados para a Política de Garantia de Preços Mínimos, a Armazenagem e o Programa de Aquisição de Alimentos.

2003

Com os recursos orçamentários, financeiros e administrativos disponíveis, todas as compras executadas pela Conab foram via Contrato de Opção de Venda. No total foram adquiridas 1.494.182 toneladas distribuídas em 60.374 toneladas de café e 1.386.369 toneladas de milho em grão, 47.439 toneladas de sorgo granífero, ao custo total de R$ 608.696.503,51.

Durante o exercício de 2003 o Programa de Venda em Balcão atendeu a 4.460 clientes, com venda total de 4.812 toneladas de arroz em casca e 25.760 toneladas de milho em grãos, e faturamento total de R$ 13,3 milhões. À exceção do Estado de Santa Catarina, as vendas estiveram concentradas em Rondônia e nos Estados da Região Nordeste, principalmente Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Piauí, estados onde é grande a demanda por milho. As maiores quantidades foram vendidas durante o primeiro trimestre de 2003, período anterior ao início da safra agrícola.

Em 31/12/2003, estavam cadastrados 13.641 armazéns, com capacidade estática disponível para 93,4 milhões de toneladas, sendo 24,3 milhões de toneladas para produtos embalados e 69,1 milhões de toneladas para granel. Dos armazéns cadastrados, 3.354 estavam credenciados tecnicamente para operar com a PGPM, e apenas 1.028 possuíam as condições técnicas e jurídicas para trabalhar com os estoques públicos.

No fim do exercício, os estoques públicos atingiram 1,5 milhão de toneladas de produtos agrícolas, ou seja, 227,6% superior ao existente no fim do exercício de 2002 (461.702 toneladas).

Durante todo o primeiro semestre de 2003, a Conab, em parceria com o MESA e o MDA, envidou todos os esforços visando a criação das bases legais para a implantação de mecanismos de apoio à comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, que culminaram com a promulgação da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Pelo art. 19 da citada Lei, foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

Os gastos com o PAA somaram R$ 82,9 milhões, incluídas as aquisições e as respectivas despesas operacionais. As aquisições foram feitas via compra antecipada e compra antecipada especial da agricultura familiar.

Compra antecipada: a Conab recebeu 4.523 propostas de participação, encaminhadas por grupos formais ou informais de agricultores familiares, envolvendo 37.077 produtores e uma demanda total de recursos equivalente a R$ 65.697.011,87. Desse conjunto, foram atendidas 30.599 famílias, com repasse total de R$ 57,7 milhões.

Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar: Tem a finalidade de assegurar a compra antecipada de produtos agropecuários oriundos da agricultura familiar, visando à formação de estoques estratégicos ou à doação dos produtos, de forma escalonada ou em parcela única, às populações em situação de risco social. Foram formalizadas 55 propostas de compra antecipada, apresentadas por 40 organizações de produtores familiares. A entrega dos produtos deverá ocorrer ao longo do ano de 2004, segundo o cronograma acordado com a Conab.

2004

A meta física estabelecida para 2004 previa a aquisição de 4.089.000 toneladas de produtos, tendo sido adquiridos 1.200.492 t. As aquisições são ditadas pelo comportamento do mercado de produtos agrícolas e pelas características das safras anuais. Durante o primeiro semestre de 2004, os preços de mercado dos produtos amparados pela PGPM se mantiveram em patamares próximos aos preços mínimos vigentes, não exigindo forte intervenção governamental.

No último trimestre, os preços de mercado do trigo e do milho baixaram para valores inferiores aos preços mínimos fixados, ensejando a realização de AGF's e também o lançamento de Contratos de Opção de Venda. Neste período, a demanda por AGF's não foi totalmente atendida em face das restrições financeiras impostas pelo limite fiscal definido. Assim, as aquisições totalizaram 1.200.492 toneladas distribuídas em 901.721 t em Contrato de Opção e 298.771 t em AGF no valor de R$ 264.945.633,53.

Durante o ano de 2004 foram negociados 52.415 Contratos (28.413 de milho em grãos e 24.002 de trigo em grãos), totalizando 1.415.205 toneladas. O valor do prêmio pago pelos adquirentes foi de R$ 7.593.316,39.

Além dos custos da aquisição dos produtos acima detalhados, foram gastos R$ 155.167.628,37 em atividades correlatas à conservação, distribuição e comercialização dos estoques, e, também, com encargos e comissões.

O Programa Venda em Balcão atendeu a 7.147 clientes, com venda total de 6.980 toneladas de milho em grãos e 167 toneladas de castanha de caju, e faturamento total de R$ 2.651.189,32. Comparativamente ao exercício anterior, houve redução nas quantidades vendidas 30.571.846 t, de 80,0%, na receita de vendas R$13.310.896,80, de 82,7%, e de 50,5% no número de clientes atendidos (4.460).

Devido aos baixos estoques públicos depositados nas áreas de demanda do Programa e a dificuldade de movimentação de produtos agrícolas no início de 2004, além da necessidade de alteração dos normativos de remoção, as vendas praticamente foram iniciadas a partir do mês de abril, com pequena recuperação a partir do mês de setembro.

As vendas estiveram fortemente concentradas nos Estados do Amazonas e do Piauí, que participaram com 43,8% e 32,2%, respectivamente. Tal desempenho se deve à existência de estoques de milho em grãos removidos no fim do exercício de 2003.

O Prêmio de Escoamento do Produto ofertou 1.224.000 toneladas de milho e trigo em grãos e algodão em pluma, sendo vendidas 399.434 t, o que correspondeu a uma subvenção de R$ 46.829.520,40.

No fim do exercício, os estoques públicos atingiram 2,1 milhões de toneladas de diversos produtos agrícolas concentrados principalmente nas Regiões Centro-Oeste e Sul que, juntas, representaram 89,4% do total estocado.

Em 2004, as operações do PAA só foram iniciadas no mês de abril, após a assinatura do Convênio estabelecido com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Todavia, as ações foram assim distribuídas:

Compra Direta da Agricultura Familiar - foram adquiridas 37.999 toneladas de diversos produtos agrícolas, em 16 Estados, ao custo de R$ 30,5 milhões. Compra Antecipada da Agricultura Familiar - foram atendidas 16.477 famílias, no valor aproximado de R$ 35.074.022,47. Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar - Por meio deste instrumento foram atendidas 18.103 famílias, a um custo de R$ 41.563.626,61.

Durante o exercício foram gastos R$ 115,6 milhões, representando 97,7% do valor total recebido. Desses, cerca de R$ 107,8 foram utilizados na aquisição de produtos e o restante na operacionalização do Convênio.

2005

Em 2005 estava prevista a aquisição de 4.038.001 toneladas de produtos agrícolas, das quais foram adquiridas 2.612.620 to, aproximadamente 63,9% da meta do período e um acréscimo de 17,63% em relação a 2004, quando foram compradas 1.22.492 toneladas.

Este aumento ocorreu em função da situação de mercado de alguns produtos amparados pela PGPM: arroz, algodão e trigo que apresentaram, principalmente no último

quadrimestre, preços abaixo do piso fixado. Assim, foi exigida a intervenção governamental com vistas à sustentação da renda do produtor rural.

Apesar das intervenções ocorridas, a demanda por AGF não foi totalmente atendida em face das restrições financeiras impostas pelo limite fiscal definido pelo Ministério da Fazenda para a atuação da Conab.

Ao todo foram adquiridas 41.124.300 t ao valor de R$16.103.318,00 na modalidade de AGF e 77.625.000 t por R$36.529.278,22 nos Contratos de Opção.

O programa de Venda em Balcão encerrou 2005 atendendo 18.747 clientes com venda total de 53.375 t de milho em grãos ao faturamento de R$17,9 milhões. Este total representou, sobre os resultados de 2004, um incremento de 816,9%, 785,9% e 713,3% respectivamente.

As vendas estiveram fortemente concentradas nos Estados do Rio Grande do Sul e Ceará que participaram com 32,8% e 21,1% respectivamente. Tal desempenho se deve à quebra de safra de milho ocorrida na região sul, ao crescimento da demanda suprida pela existência de estoques remanescentes de 2004 e pelas remoções realizadas no exercício de 2005.

Nas operações do VEP foram vendidas 710.581 t, sendo 455.640t de milho em grãos, originadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Distrito Federal com destino para as regiões Norte, Nordeste e os Estados do Espirito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e norte de Minas Gerais, além de 254.940t de trigo em grãos. A operação total importou em pagamento de prêmio de subvenção na ordem de R$83,6 milhões para um receita final de venda de R$124,5 milhões.

Ao final do exercício, os estoques públicos vinculados à PGPM atingiram 3.969.718 t de diversos produtos agrícolas, ou seja, 166,18% e 84,14% superiores aos existentes nos anos de 2003 e 2004, respectivamente. As maiores concentrações foram nos Estados do Paraná 26,71% e Rio Grande do sul 27,01%.

No tocante à armazenagem em 2005 estavam cadastradas 14.860 armazéns, com capacidade estática disponível para 106,4 milhões de toneladas, sendo 26,1 milhões para produtos embalados ou enfardados e 80,3 milhões para granel.

Dos armazéns cadastrados em 2005, 2.825 se enquadravam nos requisitos técnicos definidos pela Conab, mas somente 1.103 foram credenciados para trabalharem com os estoques públicos. A No mesmo período estavam descredenciados 459 armazéns, com capacidade para 3,9 milhões de toneladas, situação se deve ao fato de registros de desvios de produtos, troca de mercadorias ou sinistros dolosos. Outros 8.767, com capacidade para 50,6 milhões de toneladas estavam impedidos de operar com a PGPM, por motivos financeiros e/ou técnicos. Além desses, 1.721 armazéns para 10,5 milhões de toneladas não haviam assinado/renovado o Contrato de Depósito com a Conab e 2.811 inadimplentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

Apesar dos fatos, ao se comparar 2004 com de 2005 houve um crescimento de 6,3% na capacidade estática cadastrada, 7,3% nas aptas tecnicamente e 26,7% nas credenciadas.

As atividades desenvolvidas pela Companhia relacionadas à operacionalização do programa em 2005 permitiu, na modalidade CDAF, a aquisição de 64.909,4 t de diversos produtos agrícolas em 22 Estados ao valor total de R$38.277.210,88.

Por meio da CAEAF foram atendidas 34.835 famílias de agricultores em 583 municípios, distribuídos em 21 Estados. No total foram adquiridas 50.387 t de vários produtos ao custo de R$74.514.449,50. Após a aquisição 3.977.071 pessoas foram beneficiadas em 566 municípios.

Dos produtos adquiridos pelo PAA em 2005 além dos exercícios anteriores, foram comercializados, via Venda Balcão, 2.604 t de milo em grãos a 1.582 clientes, no valor total de R$666.219,18. Comparado a 2004 houve incremento de 49,1% na quantidade vendida, 6,7 no valor das vendas e 261,2% no número de clientes atendidos.

Além das quantidades comercializadas na referida modalidade, foram doadas 12.047 t de diversos produtos à várias prefeituras e entidades beneficentes. Outras 14.580t foram utilizadas na composição de cestas básicas distribuídas à famílias em situação de insegurança alimentar.

2006

Para este exercício a meta física prevista de aquisições era de 3.467.400t de produtos agrícolas das quais foram adquiridas 2.599.443t, cerca de 74,97% para o período. Na ocasião, a aprovação tardia da Lei Orçamentária contribuiu para a ausência de intervenções via AGF e, os limites financeiros definidos pelo Ministério da Fazenda constituíram em fatores restritivos às atuações da Conab no mercado.

No total foram adquiridas 2.223.694t de milho em grãos, representando cerca de 85,5% do total. Vale destacar que estas aquisições se concentraram principalmente nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, 95,25% e o restante em Minas Gerais, Paraná, Rondônia e São Paulo.

Em seguida veio o arroz em casca com 11,83%das aquisições com operações nos Estados do Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os demais produtos tiveram participação mais modesta, sendo eles: trigo 1,23%; sorgo 0,66%; feijão 0,12%, fécula de mandioca 0,04%; algodão em pluma 0,01% e sisal 0,01%.

Vale destacar que em 2006 houve aquisição de sementes de soja em atendimento às disposições do Decreto 5.891/2006, na realização da operação batizada de “troca-troca”. Esta operação consistia na substituição de sementes geneticamente modificadas por sementes certificadas, resultando na aquisição de 14.565t de semente certificada para atendimento aos produtores interessados em realizar a permuta.

No tocante às vendas foram ofertadas em 2006 2.290.346t de diversos produtos e vendidas 2.028.007t. O programa de Venda em Balcão atendeu 27.241 clientes com venda total de 29.607 t de milho em grão e arroz em casca com faturamento de R$28,7 milhões. Esse total representou incremento de 45,31%, 86,62% e 60,31% respectivamente sobre o exercício de 2004.

Na modalidade VEP foram vendidas 386.097t de milho em grão, originado em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul Paraná e Rondônia, destinadas ao abastecimento das Regiões Norte, Nordeste, Sul e os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais. A operação total importou em pagamento de prêmio de subvenção na ordem de R$8.033.999,00.

No fim do exercício, os estoques públicos vinculados à PGPM atingiram 4.275.366 t, cerca de 7,7% superior a 2005. A maior parte deles estavam concentrados nos Estados do Mato Grosso 47,5% e Rio Grande do Sul 27,39%.

Ao final do exercício estavam cadastrados 16.382 armazéns, com capacidade estática disponível para 122 milhões de toneladas, das quais 26,9 milhões para produtos embalados ou enfardados em 95,1 milhões para granel.

Dos armazéns cadastrados apenas 1.025 se enquadram nos padrões técnicos da Conab exigidos para operar com os estoques públicos. E em relação ao exercício anterior, houve crescimento de 14,63% na capacidade estática cadastrada e 1,63% na credenciada.

Em 2006 as operações do PAA se resumiram às seguintes aquisições: CDAF foram movimentadas 53.107,6 t de produtos agrícolas em 20 Estados ao valor de R$36.577.774,38. CAEAF (CPR-Doação) foram atendidos 41.603 agricultores familiares em 946 municípios distribuídos em 23 Estados. Foram adquiridas 64.378,4 t de diversos produtos sob o montante de R$90.295.034,53. A distribuição foi feita para diversas entidades sociais beneficiando 4.208.167 pessoas.

Dos produtos adquiridos em 2006 ou em exercícios anteriores foram comercializados pela Superintendência Regional da Bahia, via leilão público, 12 t de feijão cuja receita de venda totalizou R$13.636,32. Via Venda Balcão foram 10,790 t de milho em grão, arroz em casca e castanha de caju a 4.112 clientes, no valor total de R$4.273.570,53. Comparado a 2005 houve um incremento de 292,06% na quantidade vendida, 317,68% no valor pago e 146,67% no número de clientes atendidos.

Além das quantidades comercializadas via Venda Balcão, foram doadas 25.265 t de produtos a diversas prefeituras e entidades beneficentes. Outras 15.447 t foram utilizadas na composição de cestas básicas para distribuição nos programas sociais do governo.

2007

A meta física estabelecida para 2007 previa a aquisição consolidada para a Companhia de 4.042.440 toneladas de produtos agrícolas, tendo sido adquiridas durante o exercício 876.500 toneladas de diversos produtos, representando cerca de 21,68% da meta. Além dos produtos agrícolas foram compradas, via leilão eletrônico, 2.099.500 unidades de sacaria para acondicionamento de milho.

Destacaram-se o arroz em casca com aquisição de 551.260 toneladas (62,89%) e o milho em grãos com 281.443 toneladas (32,11%), representando 95,0% do total adquirido.

Quanto às vendas na modalidade PEPRO, até o fim do exercício foram ofertadas 17.238.582 toneladas de algodão em pluma, café arábica, feijão anão cores, feijão preto, milho e soja, tendo sido negociadas 8.663.508 toneladas, com previsão de pagamento de

subvenção no valor máximo de R$1.197.973.013,51. Até o fim do exercício havia sido comprovada a venda de 2.325.921 toneladas e paga subvenção no valor de R$335.126.743,14.

No primeiro leilão do PROP foram ofertados 392.584 contratos de soja e negociada 59.331, com subvenção prevista no valor de R$137,7 milhões. No segundo leilão, foram negociados 57.717 contratos, até o fim do exercício havia sido exercido 46.802, representado a comercialização de 1.263.654 toneladas e pago subvenção de R$947.741,00. Após a realização dos leilões de PROP, a Conab realiza uma nova operação (2.º leilão) com lançamento dos Contratos Privados de Opção de Venda.

As operações do PEP no fim do período realizou o escoamento de arroz, feijão anão cores, feijão preto e milho, que no acumulado do ano teve oferta de 2.279.758 toneladas, sendo negociadas 1.427.726 toneladas, envolvendo recursos previstos da ordem de R$103.143.168,80.

As Vendas em Balcão em 2007 totalizaram 540 toneladas de arroz em casca no Estado de Rondônia, com redução de 175,14% sobre as realizadas em 2006, 286 toneladas de castanha de caju (RN) com crescimento expressivo em relação a 2006 e 219.488 toneladas de milho em grãos, sendo registrados incrementos de 102,84% e 291,06% sobre as quantidades comercializadas em 2006 e 2005, respectivamente.

O aumento da demanda interna e externa por milho em grãos provocou, em um primeiro momento, redução na necessidade de intervenção do Governo Federal com a aquisição de produtos e formação de estoques públicos e, em seguida, aumento da venda do produto disponível para abastecimento do mercado interno e redução de preços em nível de consumidor.

Tradicionalmente, as maiores vendas são realizadas nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 2007, estes absorveram 53,32% do total vendido de milho, com crescimento de 220,5% e 35,7% sobre as efetivadas no ano anterior.

Em 31/12/2007, os estoques públicos vinculados à PGPM, em nível nacional, totalizaram 2,3 milhões de toneladas de diversos produtos agrícolas, ou seja, 47,03% inferior aos existentes no mesmo período do exercício de 2006 e 42,94% inferior, também, em relação ao ano de 2005.

No fim do exercício estavam cadastrados 16.561 armazéns, com capacidade estática disponível para 123,4 milhões de toneladas, sendo 27,0 milhões de toneladas para produtos embalados ou enfardados e 96,4 milhões de toneladas para granel.

Dos armazéns cadastrados, apenas 955 (13,30 milhões de toneladas) se enquadravam em todos os requisitos técnicos definidos pela Conab, para trabalharem com os estoques públicos. Em relação ao início do exercício, houve um aumento de 1,16% na capacidade estática cadastrada e redução de 9,9% nas credenciadas.

As ações complementares da operacionalização do PAA apresentaram os seguintes resultados em 2007: CDAF - por este instrumento foram adquiridas, em 2007, 7.476 toneladas de diversos produtos agrícolas, ao custo total de R$5.557.398,39, beneficiando 2.281 famílias. CPR-Estoque - adquiriu 434 toneladas de diversos produtos agrícolas, ao custo de

R$1.159.402,40, beneficiando 532 produtores familiar nos Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. CAEAF (CPR – Doação) - foram adquiridas 117.274 toneladas de diversos produtos alimentícios de 65.697 produtores familiares e distribuídas a 8.161.756 beneficiários consumidores.

Durante o exercício a Conab recebeu recursos da ordem de R$147.916.720,00 e executou R$147.289.096,63 (99,58%), com destaque para as despesas com a aquisição de produtos para doação, que representaram cerca de 96,85% dos recursos liquidados.

4 - CONCLUSÃO

A política agrícola brasileira vem se modernizando sem perder o foco de suas principais ações finalísticas que são: garantir o abastecimento alimentar, equilibrar o mercado agrícola e garantir renda ao produtor.

A partir da análise dos dados observa-se uma atenção especial à operacionalização da PGPM. Para isso os instrumentos tradicionais como AGF e Vendas em Balcão ainda são utilizados pela Conab e novos instrumentos foram lançados pelo Governo Federal para incentivar a participação do setor privado.

Embora houvesse uma redução nas operações de AGF em 2007 foi pequena a intervenção no mercado. No entanto, é importante frisar que o Governo Federal por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços.

Assim toma-se como exemplo os preços recebidos pelos produtores em 2005 que por atingirem baixas cotações, obrigaram a Conab adquirir 1.058.257 t de trigo, 912.767 t de arroz e 637.144 t de milho. Em 2006 pelo mesmo motivo foram adquiridas 2.223.379 t de milho e em 2007, 551.260 t de arroz.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado foi a utilização dos novos instrumentos de comercialização que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação. Dentre estes instrumentos destacaram-se o PEP e o VEP.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento de grande volume de estoques públicos.

Outra estratégia governamental é sempre que possível, atrair a iniciativa privada a participar diretamente do processo de estabilização da renda dos produtores. Para tanto, no âmbito de ações da Conab, tem se utilizado do lançamento de Contratos Privados de Opção de Venda. A título de ilustração, em 2006 foram negociados via PROP 2.189.494 t de milho, soja, arroz e raiz de mandioca e, em 2007, 1.601.937 t de soja.

Na execução do PAA a Conab tem vem aumentando o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Com esses recursos as operações de CDAF, CPR – Estoque e CPR-Doação, foram atendidos em 2007 98.840 produtores

familiares com a aquisição de 228.648 toneladas de diversos produtos. Essas aquisições beneficiaram 8.600 pessoas.

A operacionalização do Programa exigiu grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação das ações, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do PAA exigiu o deslocamento de funcionários para regiões interioranas para participação em reuniões e para disseminação das informações, que geralmente foram realizadas aos finais de semana.

Também foi exigida a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de funcionários e a rápida remoção dos produtos, uma vez que alguns lugares não contavam com estrutura suficiente para armazenar e conservar os produtos.

No tocante à armazenagem a Rede Armazenadora Própria da Conab está constituída por 179 armazéns, agrupados em 96 unidades, com capacidade estática para 2.188.500 toneladas, em ambientes natural e artificial, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

As unidades contam com equipamentos operacionais necessários à movimentação e guarda de produtos, porém ainda necessitam de manutenção e modernização, tanto nos equipamentos quanto nas instalações físicas, pois a maioria é antiga e não teve suas demandas plenamente atendidas nos exercícios anteriores.

Em linhas gerais fica a atuação do governo na manutenção da renda no setor rural, a redução das flutuações dos preços no mercado interno e a garantia do abastecimento. Para tanto, essas operações exigem grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab.

Contudo, o que a Companhia espera é melhorar cada vez mais sua participação como principal executora das políticas públicas, pois sem uma agricultura organizada e participativa um país não pode se desenvolver por inteiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALTAFIN, I. G. Sustentabilidade, Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Uma Apreciação sobre a Trajetória Brasileira. Tese de Doutorado. CDS - Centro de Desenvolvimento Sustentável. UnB – Universidade de Brasília. 2003. 225 p.

CASTILHOS, D. S. B. Capital Social e Políticas Públicas: um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Porto Alegre, 2002, 173p. Dissertação de Mestrado.

CHADDAD, F. R.; JANK, M. S.; NAKAHODO, S. N. Repensando as Políticas Agrícola e Agrária do Brasil. ICONE, 2006, 43p. Disponível em: <http://www.iconebrasil.org.br>. Acessado em: 21 de fevereiro de 2007.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento – Documentos internos – Brasília, DF – 2007.

EVANS, P. Autonomia e Parceria: Estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004 (Edição original: 1995).

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Planejamento e Políticas Públicas, p. 211-259, No 21, junho de 2000.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. São Paulo em Perspectiva, 18 (2): 95-103, 2004.

HELFAND, S. M., REZENDE, G. C. A Agricultura Brasileira nos Anos 1990: O Impacto das Reformas de Políticas. In: GASQUES, José Garcia, CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P.R. da (org). Transformações da Agricultura e Políticas Públicas. IPEA, Brasília. 2001. 539p.

PEREIRA, L. C. B. Reforma do Estado para a cidadania – A Reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. ENAP, Brasília, 1998, 368p.

SANTOS, C. Políticas públicas – Uma breve introdução. Brasília, 2003. 67p.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. v. 1. 226 p.

VEIGA, J. E. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. In: Desenvolvimento em Debate (vol. II), org. Ana Célia Castro, Rio de Janeiro: Ed. Mauad/BNDES, 2002, pp. 383-

409. Disponível em: < http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2007.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BALESTRO, M. V. Notas de aula.

Conab. Agricultura Familiar. http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=14, acesso em 12 de fev. 2007.

Andrigueto, J. R.; Nasser, L. C. B.; Teixeira, J. M. A.; Produção Integrada de Frutas: Conceito, Histórico e a Evolução para o Sistema Agropecuário de Produção Integrada. 2006. (Paper)

MAPA. Propostas para o aperfeiçoamento da Política Agrícola. 2007. (Paper).